

ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini e Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Quero saudar o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, os companheiros deputados e os professores que vieram a esta Casa fazer uma justa reivindicação.

(Palmas das galerias)

Já tive a oportunidade de me manifestar nesta tribuna em relação à admissibilidade da medida provisória. Entendo que o poder público, tanto o governo estadual, como o governo federal, tem, ao longo dos anos, abusado desse instrumento que é a medida provisória, que foi criada para ser

utilizada em situações muito específicas, obedecendo aos critérios constitucionais da urgência e da relevância. E, evidentemente, este não é o caso da meda provisória em tela.

O deputado Mauro de Nadal foi o relator da MP na comissão de Constituição e Justiça e, felizmente, não foi acatada a sua admissibilidade. Acho, inclusive, que se não houver outra tramitação, outra questão qualquer, pelo que estou percebendo nesta Casa, neste Plenário ela também não será admitida.

Mas eu quero falar sobre uma preocupação que temos com o que está acontecendo no país como um todo. Nós temos uma situação de crise no país. Alguns querem dourar a pílula e dizem que não é crise, chamam de outra coisa qualquer. Mas, evidentemente, nós temos uma crise, que envolve os poderes políticos, envolve os políticos, envolve os setores empresariais. Trata-se de uma crise que nos causa preocupação com o que vai acontecer no futuro, porque, a permanecer da forma como está, a coisa pode não acabar bem. Daqui a pouco pode haver um agravamento do desemprego, da questão econômica, da questão política, além de várias outras questões.

Então, é preciso que, num instante como este, se chame à responsabilidade os poderes da República, os três poderes; é preciso chamar à responsabilidade os partidos políticos também. A situação do país não é boa, não nos parece adequado discutir nesses poucos minutos que tenho aqui as causas disso, porque evidentemente são causas complexas. Podemos achar mil culpados, mas o que precisamos é procurar uma solução.

Parece-me que neste momento o país precisa procurar estabelecer certo pacto para encontrar a solução. E esse pacto aponta para os partidos políticos e para os poderes.

É preciso escutar o que diz o movimento das ruas; é preciso perceber que o povo está preocupado; é preciso uma pauta mínima de uns dez pontos que precisam ser acordados e que representem o que precisa ser feito para que o país possa suplantar este momento.

Eu quero citar alguns pontos que estão claramente colocados, como a reforma política. É preciso achar caminhos de uma reforma política que permita um país com instituições mais estáveis, com pessoas representem mais o povo. É preciso perceber que os poderes não podem, neste instante, digladiar-se, enfrentar-se para mostrar quem é mais forte. É preciso que os poderes achem pontos comuns, achem uma pauta mínima de encaminhamento de soluções viáveis para o país.

Acho que não é o momento de falar em *impeachment*. É preciso achar uma pauta mínima. Uma pauta que faça com que as pessoas se aglutinem num momento dialético. Partidos políticos como o PSDB tem que contribuir com o ajuste fiscal. Claro que o ajuste fiscal precisa ser discutido com os trabalhadores, com a população, mas é preciso ouvir e não simplesmente dizer que não quer ouvir nada. É preciso que os deputados federais do PT também escutem, porque se nós não encaminharmos uma pauta mínima de consenso, o país pode não acabar bem mais adiante.

O povo está nas ruas protestando, mas é preciso que mesmo nesses protestos haja um encaminhamento no sentido de que temos que ter propostas. Não podemos apenas protestar contra tudo. A maioria dos países que passaram por crises fizeram certo pacto republicano.

Temos problemas estruturais envolvendo a questão da eleição dos representantes. Temos problemas de relacionamento entre os poderes. Vou tentar fazer uma moção e coloca-la à deliberação deste Plenário sobre o que podemos fazer. Eu acho que a Assembleia é isso aí. As pessoas podem vir aqui debater, reclamar, dizer o que querem. O Poder Legislativo tem pouca capacidade legislativa, é verdade, tem pouca capacidade de influir, mas pode pronunciar-se, pode debater. Esse é o mínimo que podemos fazer.

Acho que o país passa por um momento de reflexão sobre o que está acontecendo. Não é momento para vaidades, para apenas apontar culpados. Este é o momento de achar solução, e a solução passa pelo pacto, passa por uma pauta

mínima que deve ser elaborada para que o país possa avançar. Precisamos punir os culpados, mas precisamos de uma pauta mínima de avanço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, companheiros e companheiras da educação que lutam por seu direito. Quero reafirmar que a nossa posição é o que foi aprovado ontem na CCJ, ou seja, que o estado volte a discutir a política da educação e retire a medida provisória deste Parlamento imediatamente. Essa é a posição muito clara deste deputado. Somos favoráveis a que o governo retire a medida provisória e volte a discutir a política da educação com o sindicato e os representantes da categoria.

Quero também abordar um tema tratado já pelo deputado Fernando Coruja e pego duas grandes linhas do debate que ocorre no país com respeito à crise, a primeira é a ótica dos trabalhadores e a segunda, a das grandes empresas. E vou usar, inclusive, o posicionamento de uma empresa que acaba de se instalar em Santa Catarina, a empresa automotiva BMW, que inaugurou sua fábrica em Araquari em março, investindo R\$ 700 milhões. E justamente no dia da inauguração elaborou um documento falando sobre o Brasil e o porquê da sua instalação neste país.

Um trecho do documento diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]

Ultimamente, parece que está na moda questionar a capacidade do Brasil. A capacidade do país de realizar, de crescer, de ser grande, de ser o país que todo mundo espera e precisa.

Permitam-nos discordar inteiramente dessa percepção. Para nós o Brasil é um BMW. Poucos países no mundo cresceram como este. Cresceram em riqueza, cresceram em possibilidades, em autoafirmação e em plena liberdade democrática.

Nenhum país no mundo pode escolher um caminho que não passe pelo Brasil. Se alguns duvidam do Brasil, nós investimos € 200 milhões aqui.

O Brasil não se compara a nenhum outro. Seu estilo não tem igual no mundo. E breve, muito breve, ele vai ultrapassar e deixar para trás, falando sozinho, os que há pouco duvidavam da sua capacidade.”[sic]

Essa é a opinião de uma empresa estrangeira que colocou R\$ 700 milhões no Brasil, que apostou e construiu uma grande fábrica de carros no nosso país.

Na mesma linha da direção da BMW, Marcel Telles, da Ambev, maior grupo de cerveja do mundo, em reportagem na revista *Época Negócio* desta semana afirmou: “Sempre tivemos uma visão de que o Brasil é pra cima, vai subir sempre em linha ascendente. Para nós, a prioridade é o Brasil e os Estados Unidos. Eu sou animado com o Brasil”.

Na mesma entrevista, Roberto Setúbal, do Itaú, afirmou o seguinte: “Eu concordo, no curto prazo o momento parece um pouco difícil. Mas o país, ainda que tenha flutuações temporárias (reflexo da crise mundial), aponta pra cima”.

(Passa a ler.)

“Hoje, sras. deputadas e srs. deputados, li nos jornais o anúncio da construção do Terminal Graneleiro da Babitonga, que vai aplicar R\$ 600 milhões em São Francisco do Sul. E tem gente pregando o caos.

Na semana passada, representantes de duas das mais respeitadas agências de risco estiveram no Brasil. Saíram daqui apontando que a direção do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff é correta. E mantiveram o Brasil como bom pagador e na condição de grau de investimento.

Para aqueles que propagam o falso caos e são idealistas do quanto pior melhor, todas essas informações que se tem são um balde de água fria, mas é a realidade. O Brasil cresceu em distribuição de renda, em geração de riquezas e seguirá assim apesar das turbulências econômicas previstas para 2015.

Tem gente que se agarra nas falácias de meias verdades, propaganda sem profundidade por setores da imprensa para esquecer que o Brasil está conectado ao resto da economia mundial, onde os preços das *comodities* como a soja, minérios etc., principais produtos da nossa pauta de exportação, despencaram no mercado mundial. Gigantes como a China desaceleraram e o petróleo desvalorizou 50% dentro de uma estratégia da Opep que visa encarecer a produção de gás de xisto no continente americano e enfraquecer a economia de países como a Venezuela.

O dólar valorizou, mas a nossa moeda, o real, manteve sua paridade com o euro, o que mostra que o efeito do dólar é mundial, e a estabilidade econômica é compartilhada com outras nações.

Para aqueles que estavam rezando para São Pedro implorando para que não chovesse no Brasil, o anúncio da agência Morgan, que considera cada vez mais remoto o risco de racionamento de energia do país, deve causar uma crise de caráter.

Sabemos que aqui mesmo neste plenário tem gente torcendo para que a Petrobras ande para trás e leve consigo a indústria nacional. E por quê? Para o Brasil parar e o desemprego crescer. Para essas pessoas os números que mostram o aumento da produção de petróleo pela nossa maior estatal causam náuseas e depressão.

Pergunto: o que querem essas pessoas que pregam o caos diante de um Brasil que quer crescer? Respondo: eles querem a deterioração das condições econômicas para fomentar o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Não estão preocupadas com o povo, com a nossa nação. Elas querem passar por cima da democracia e da verdade, forjando uma realidade que não fecha com o cenário que o Brasil empreendedor vivencia.

Como citei anteriormente ao reproduzir o pensamento dos grandes empresários e empresas, tem gente que fala desta tribuna como se tivesse descoberto agora que a corrupção é uma coisa má, nefasta. Como se antes a palavra corrupção tivesse um significado diferente, mais brando e não merecesse ser investigado. Para esses digo que a

corrupção assola o Brasil desde o seu descobrimento, mas que foi no governo do Partido dos Trabalhadores que mecanismos de transparência governança e o fortalecimento das instituições foram criados, mecanismos esses que resultaram na prisão de mais de 25 mil pessoas por corrupção, em mais de 2.230 operações policiais. Não falo apenas da prisão de servidores públicos ou políticos, falo de empresários, profissionais liberais, de todo o tipo de gente que tenta corromper o sistema financeiro, político e moral no Brasil. Pessoas como as envolvidas na Operação Ave de Rapina e na Operação Zelotes, que resultaram na investigação de políticos e da maior empresa de comunicação de Santa Catarina.

Tem gente que sobe a esta tribuna para criticar duramente o Partido dos Trabalhadores, para afirmar que o PT é incompetente, que é o partido que criou a política de cotas, que criou o Programa Bolsa Família, o ProUni, o programa Minha Casa Minha Vida, o Programa de Impulso a Indústria Naval, o apoio à Petrobras, que fez multiplicar por oito o seu valor de mercado e tantas outras ações em prol do povo da parte baixa da pirâmide social, que quer emprego e dignidade. Essas pessoas apontam as políticas de inclusão social como responsáveis pela instabilidade da economia atual.

Para esses eu digo que o governo do PT errou, errou sim, erramos na ânsia de acertar. Mas que fique bem claro: somos perseguidos hoje por nossas virtudes, porque somos o partido que tirou o Brasil do mapa da fome, que levou luz para todas as residências, que pagou a dívida com o FMI, que elevou o salário mínimo ao maior poder de compra nos últimos 50 anos e que tirou 40 milhões de brasileiros da miséria."

Por isso, não temos dúvida que o Brasil precisa continuar avançando, fazendo grandes reformas, reforma tributária, reforma política, reforma agrária e tantas outras políticas que precisamos avançar.

Por isso, precisamos continuar construindo esse novo Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, cumprimento a sra. deputada Dirce Heiderscheidt, os srs. parlamentares.

Quando cheguei hoje a esta Casa, estava subindo as escadas quando fui abordada por um professor que queria colocar uma faixa no plenário e não havia conseguido porque o recinto ainda estava fechado. Trouxe-o até aqui e ele colocou a faixa que dizia assim: "Vocês têm o nosso reconhecimento pela luta que travam, pelo trabalho que têm desenvolvido".

Parabéns e podem contar conosco nesta Casa!

(Palmas das galerias)

Quero dizer ainda, srs. professores, apenas para esclarecer, que essa luta é conjunta, uma luta antiga do Magistério catarinense e do Magistério brasileiro, instituída pelo Partido dos Trabalhadores através de discussão no Congresso Nacional, para implantação no país do piso nacional da categoria.

Após a aprovação do piso nacional, esta Casa aprovou medida para que o governo do estado pagasse o piso aos nossos professores. Infelizmente, o governo anterior entrou na Justiça com uma Ação de Inconstitucionalidade, uma Adin, pra não pagar, mas os professores foram vitoriosos.

(Palmas das galerias)

Que fique muito claro que a bancada do Partido dos Trabalhadores, sr. presidente, em nenhum momento se furtou em fazer esse debate nesta Casa.

(Passa a ler.)

"Quero, primeiramente, saudar o magistério catarinense que mais uma vez está na luta, em greve, legitimamente em busca da sua valorização e da educação do nosso estado.

Há muito temos defendido que o governo do estado retire a Medida Provisória n. 198 em

tramitação nesta Casa. Se não retirar, vamos trabalhar para a sua rejeição neste plenário.

Mas minha fala, para que não esqueçamos a história, refere-se ao dia de hoje, 1º de abril, data em que lembramos os 51 anos do golpe militar no Brasil.

O pior de tudo é ver um amigo do dia a dia ser massacrado por outras pessoas. 'Eu presenciei muitas sessões de tortura, tanto comigo como com outros companheiros', relatou o catarinense Julio Serpa, de Joinville, que permaneceu preso por mais de um ano durante a ditadura militar.

Rosimarie Cardoso Bittencourt, outra catarinense, relata: 'Eles ligavam o fio e rodavam uma manivela para dar o choque. Se tu respondias uma coisa que não era o que eles bem queriam, moviam a manivela. Se eu não respondia, então eles faziam a manivela rodar e aquilo dava o choque, uma coisa horrível nos braços da gente'.

Só a famigerada Operação Barriga-Verde desencadeada pela ditadura militar em nosso estado fez sofrer homens e mulheres, famílias inteiras, provocando mortes, deixando feridas abertas na vida dessas pessoas e manchando a nossa história.

Sim, vamos transformar, a partir de 2015, o 1º de abril no dia em que lembramos aqueles que lutaram, aqueles que foram torturados, aqueles que morreram no período mais sombrio da nossa história.

Neste 1º de abril, conhecido como o Dia da Mentira, Santa Catarina celebra o Dia Estadual do Direito à Verdade e à Memória. A verdade precisa vencer a ignorância de alguns que se reportam àqueles tempos com um saudosismo impróprio. A tortura física, psicológica, a violência contra a família: não havia limites para os algozes daqueles que lutavam por um país democrático.

Em documento produzido em 1976, os presos relatam pelo menos 65 tipos diferentes de torturas e de instrumentos utilizados pela repressão para seviciar os militantes, para torturar, arrancar a informação que lhe interessava, mesmo não sendo verdade.

Poderia aqui passar o dia relatando depoimentos e a metodologia utilizada para obter informações. A ditadura existiu! A ditadura foi violenta e nós precisamos trabalhar para que as novas gerações, que não viveram aqueles dias, conheçam a verdade.

O projeto construído pelo coletivo da Comissão da Verdade e apresentado pelo nosso mandato foi sancionado pelo governador em 23 de dezembro de 2014.

A Lei n. 16.549, de 2014, passa a integrar o calendário oficial de eventos em Santa Catarina, numa homenagem a todos os que lutaram contra a ditadura militar, instalada no golpe militar de 1º de abril de 1964.”

O relatório da Comissão da Verdade, sr. presidente, apurou um total de 702 pessoas detidas em Santa Catarina durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985. Dentre eles, 84 camponeses, 30 mulheres, 130 sindicalistas e 52 advogados, além de duas crianças, mantidos presos por meses em função de atividade política do país. A maioria presa de forma ilegal, sem ordem judicial, desrespeitando os princípios básicos dos direitos humanos.

O Dia Estadual do Direito à Verdade e à Memória é para que não esqueçamos aqueles que foram mortos por denunciar os desmandos e arbitrariedades do regime autoritário em vigor no país e defender o retorno à democracia.

Este dia foi criado para que não nos esqueçamos do que se é capaz quando se vive num regime autoritário, onde a lei é a força e o direito é a exceção. Para que sempre nos lembremos de Arno Preis, de Forquilha, assassinado em Tocantins; de Frederico Eduardo Mayr, de Timbó, assassinado em São Paulo; de Hamilton Fernando da Cunha, gráfico de Florianópolis, assassinado em São Paulo; de Higino João Pio, prefeito de Balneário Camboriú, assassinado na capital de Santa Catarina; de Luiz Eurico Tejada Lisboa, de Porto União, assassinado em São Paulo; de Rui Oswaldo Pfutzenreuter, de Orleans, assassinado em São Paulo; de Vânio José de Matos, de Piratuba,

capitão da Polícia Militar, morto no Chile; de Divo Fernandes D'Oliveira, marinheiro de Tubarão, desaparecido no Rio de Janeiro; de João Batista Rita, universitário de Criciúma, desaparecido no Rio de Janeiro; de Paulo Stuart Wright, deputado nesta Casa, de Erval Velho, e desaparecido em São Paulo, no regime da ditadura.

O Dia Estadual do Direito à Verdade e à Memória é para que os catarinenses mais velhos não esqueçam e para que os mais jovens saibam o que foram os anos de chumbo do regime militar. Para que não seja esquecida a invasão, pelo Exército, da Livraria Anita Garibaldi, em Florianópolis, de propriedade de Salim Miguel, ocasião e que queimaram todos os livros na praça XV de Novembro.

Um dia para lembrar, srs. e sras. deputadas, dos estudantes sequestrados em dezembro de 1968 pela secretaria de Segurança Pública do estado, que os manteve na cadeia pública de Biguaçu, sem ordem judicial.

São tantas coisas para falarmos para que nosso povo não esqueça a sua história. Para que relembremos desses desaparecidos que lutaram para que tivéssemos um país democrático. Para que não refutemos aqueles que, nas manifestações recentes, pediram nova intervenção militar. E para que possamos ter mais educação nas manifestações e para ficar ao lado daqueles que fazem a defesa das pessoas que precisam ser defendidas, principalmente dos professores e professoras, que precisam, sim, desta Casa para debater a Medida Provisória n. 198.

Muito obrigada, sr. presidente!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Senhoras e senhores, quero pedir apenas que me permitam dar continuidade à sessão. Eu sei que vocês estão ansiosos para que se coloque em pauta a medida provisória, mas para isso é importante que todos colaborem.

Agradeço aos que estão colaborando e lamento pelas pessoas que não estão atendendo ao nosso

apelo, porque dessa forma não posso dar continuidade à sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PP, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PMDB, os próximos minutos são destinados PSB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSB, os próximos são destinados ao PR.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PR, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PPS, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não há mais oradores inscritos no Horário dos Partidos Políticos.

Nobres professores, queremos apenas colocar a nossa posição. Não é apenas um partido político que está a favor de vocês, a maioria certamente está com vocês. Então, acho que não há motivo de tomar nenhuma posição antes que se tome a decisão, porque se houver manifestação que venha prejudicar a continuidade da sessão, de repente ela poderá ser suspensa. Nós não queremos suspender a sessão, queremos votar hoje para vocês irem felizes para casa.

(Manifestações das galerias)

Então, esperamos que todos também nos respeitem, assim como exigimos que todos respeitem os professores. O respeito tem que ser mútuo.

Esta Presidência suspende a presente sessão até as 16 horas, quando terá início a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0026/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0015/2012, 0657/2014 e 0689/2014, todos de entidades sociais.

As mensagens de veto, conforme entendimento dos srs. líderes, não serão deliberadas no dia de hoje, estando automaticamente inclusas na pauta da sessão da próxima terça-feira.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0177/2015 e 0181/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0182/2015, 0184/2015 e 0194/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0183/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0185/2015 e 0186/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0187/2015 e 0195/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0188/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0189/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0190/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare; e 0191/2015, 0192/2015 e 0193/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro.

Comunica igualmente que defere de plano os Requerimentos n.s: 0194/2015 e 0201/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0195/2015, 0196/2015, 0197/2015 e 0198/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0199/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0200/2015, de autoria do Padre Pedro Baldissera; 0202/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0203/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0204/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0205/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0206/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes;

0207/2015, de autoria do deputado Silvio Dreveck;  
0208/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro.

Moção n. 0033/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando apoio à aprovação do Projeto de Lei n. 0870/2015, que revoga o Capítulo III, do Título V, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, que trata da contribuição sindical.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0070/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o possível fechamento da base da Polícia Militar em distrito de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu gostaria de saber do autor da moção que se refere à contribuição sindical uma justificativa da sua proposição. Como ele não está no plenário, eu pediria que a matéria fosse retirada de pauta para que possamos discuti-la melhor na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O deputado Antônio Aguiar não está na Casa, mas eu acolho a sugestão do deputado Dirceu Dresch, retiro a matéria de pauta, para incluí-la na próxima semana, para que possa estar presente o deputado Antônio Aguiar.

Com relação à medida provisória de interesse de todos os professores que aqui estão, há pouco conversamos com o secretário da Educação e com o secretário da Casa Civil. Há o encaminhamento de que na próxima semana ela será retirada.

Então, não vamos deliberar porque há um entendimento nesse sentido, que atende vários interesses que estão postos. Por isso a nossa disposição em não votar a matéria ontem e tampouco hoje, buscando construir uma saída que agrade a todos.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, para que os professores aqui presentes e também os que nos acompanham pelos meios de comunicação possam ter as coisas claras, pergunto a v.exa. o seguinte: a intenção do governo é retirar a medida provisória? Podemos considerar que na próxima terça-feira isso se consolidará? Há esse entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não. O que existe é o encaminhamento que deverá ser feito pelo líder do governo, mas cabe ao governo a retirada. Há um encaminhamento para isso, mas a oficialização será feita pelo líder do governo no momento em que a decisão for tomada. No entanto, é este o encaminhamento neste momento.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero publicamente agradecer o seu empenho e pedir que nos ajude para que definitivamente possamos encerrar esse assunto com a retirada da Medida Provisória n. 198 e o restabelecimento do diálogo

entre o governo estadual e os professores catarinenses.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Muito obrigado, deputada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito,  
deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a  
palavra o deputado Ismael dos Santos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Ismael dos Santos e  
não havendo mais oradores inscritos, livre a  
palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da  
palavra, esta Presidência, antes de encerrar a  
sessão, convoca outra, ordinária, para terça-  
feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do  
Dia: matérias em condições regimentais de serem  
apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.